O discurso religioso no discurso (político eleitoral) estudantil[1]

The religious discourse in student (political electoral) discourse

Alisson de Moraes Gampert
Marluza Terezinha da Rosa
DOI: *http://dx.doi.org/10.5902/2176148532224*

Resumo: Este artigo observa, ancorado na Análise de Discurso da Linha Francesa, a produção de efeitos de sentido no discurso político eleitoral do Movimento Estudantil. O recorte analisado é de quatro publicações realizadas na página do Facebook de uma das chapas que concorreram nas Eleições para o Diretório Central de Estudantes de uma universidade pública brasileira, em 2017. Ao considerar as condições de produção e a materialidade linguística, percebe-se que traços do discurso religioso emergem no discurso político, o que intervém em seu funcionamento e reforça uma prática contemporânea que tende a despolitizar os enunciados, por um suposto silenciamento ideológico.
Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso político. Movimento estudantil. Facebook. Verdade.

Abstract: This article observes, anchored in French Discourse Analysis, the production of meaning effects in the electoral political discourse of the Student Movement of a Brazilian public university in 2017. Four posts published on the Facebook page of one candidate who competed in the Elections for the Central Directory of Students are analyzed. When considering the conditions of production and the linguistic materiality, one concludes that traces of religious discourse emerge in the political discourse, which produces displacements of meaning effects in its functioning and reinforces a contemporary practice that tends to depoliticize statements.
Keywords: Discourse analysis. Political discourse. Religious discourse. Facebook. Truth.

---

1 Bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq vinculado ao projeto "DISPOLI - Discurso, poder e política da (in)visibilidade".

1. Introdução

Este trabalho busca analisar o discurso político, a fim de compreender as mutações que este sofre de acordo com as condições de sua materialidade, bem como os efeitos de sentido que se depreendem de sua emergência. Filiada à Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD), esta pesquisa objetiva, por meio do olhar para o discurso político estudantil, compreender sua formulação e circulação quando de uma eleição para o Diretório Central dos Estudantes de uma universidade pública do interior do Rio Grande do Sul, em junho de 2017.

O *corpus* aqui analisado é composto por enunciados da página do Facebook de uma das chapas que concorreram na referida eleição. As postagens compreendem o período de 25 de maio a 01 de junho de 2017, período integrante da campanha eleitoral que antecedeu o dia de ir às urnas, previsto em edital divulgado pela entidade em sua página oficial do Facebook[2]. O Facebook, integrante das novas tecnologias da informação que dinamizam a organização dos indivíduos no tempo e no espaço, inserindo-os em distintos processos de comunicação, é base para muitos estudos da área de Comunicação e Informação e, principalmente, para as teorias sobre movimentos sociais, como discutem Machado e Pérsigo (2015) e Brignol (2014). Dessa forma, ao pensar o Facebook como um novo suporte midiático para o fazer político, concebemos o discurso político em sua materialidade constitutiva que operará no processo discursivo produzindo sentidos outros.

Este trabalho apresenta, inicialmente, os fundamentos teóricos da AD sobre os quais se apoiam os procedimentos de constituição e análise do *corpus*, bem como o discurso político; segue-se uma breve abordagem conjuntural do contexto imediato ao mundial, cujo propósito é o de identificar as condições de produção dos enunciados em análise, constituintes do *corpus* desta pesquisa. Por fim, buscamos tecer considerações sobre os movimentos de análise empreendidos e os efeitos de sentido que podem ser apreendidos, efeitos estes que apontam para um possível atravessamento do discurso religioso (DR) no discurso político estudantil.

2 *www.facebook.com/dcedaufsm*

2. Discurso político e Movimento Estudantil

O discurso político (doravante DP) vem sendo objeto privilegiado nas pesquisas em AD desde sua constituição enquanto disciplina. Fundada na década de 60 por Pêcheux, na França, a AD é uma vertente teórica que adota o discurso como objeto de estudo por considerá-lo efeito de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 1995) em determinados tempo e espaço sócio-históricos. Segundo Pêcheux (1995), analisar um discurso caracteriza-se como um processo de leitura e interpretação no qual o analista, apropriando-se do dispositivo teórico de análise, empreende um movimento entre descrição e interpretação do *corpus*. Esse dispositivo desloca o analista da posição de leitor leigo, possibilitando-lhe olhar para o recorte da materialidade da linguagem, ou seja, para o lugar onde os sentidos se estabilizam e se (res)significam, permanecem e se deslocam, na relação com o social e o histórico, para, então, problematizar o processo pelo qual se constituíram tais sentidos.

Na concepção de Eni Orlandi (2009, p. 15), a AD é uma teoria que, ao objetivar o estudo do discurso, volta-se a observar "o homem falando", inscrito nos âmbitos social, histórico e ideológico. Em outros termos, trata-se do modo pelo qual o indivíduo se submete à língua para dizer, considerando-se a densidade sócio-histórica desta, o interdiscurso, ou seja, o atravessamento de outros discursos no dizer, bem como a equivocidade da língua, espaço de movimentação dos sentidos. Assim, ao analisar o discurso, busca-se apreender o não dito através do dito, e como estes se articulam entre si, no espaço e no tempo. Além disso, na AD, compreende-se o sujeito como uma posição ou lugar em determinada formação social. Para Pêcheux (1995), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, uma vez que é por meio do imaginário que este se relaciona com a realidade, e essa relação é mediada pela linguagem, como prática simbólica. Logo, o indivíduo "'submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história" (ORLANDI, 2012, p. 100).

O sujeito, ao se submeter à língua, que é falha, e enunciar, possibilita, pela ação da ideologia, a (re)produção de efeitos de sentido; esquece-se o já-dito, em outro momento sócio-histórico, para que se diga novamente o "nunca-dito", espaço de irrupção de sentidos outros. Segundo Orlandi (2015, p. 64), o interdiscurso ou memória "é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. O interdiscurso se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer".

Assim, um já-dito, independentemente, em outro espaço-tempo, por constituir o interdiscurso, possibilita aos sentidos se (res)significarem no que é dito agora, validando-os. O sentido é, então, percebido como evidência de sentido: quando parece já estar estabelecido o sentido-lá.

Sabemos, consequentemente, que o sentido não é dado *a priori*, tampouco o sujeito é sua origem. Em relação a isso, Pêcheux (2015, p. 46) dialoga com Pierre Achard, ao apresentar a noção de "regularização", localizando-a no procedimento de retomada de sentidos no acontecimento discursivo. A memória tende a absorver os acontecimentos e operar a reprodução desses sentidos no novo, estabelecendo as verdades, em determinada época e local. A língua, passível de falha e deslize, como condição para constituir o sujeito, permite a atualização dos sentidos, inclusive pela paráfrase, de modo que a regularização pode ser rompida pela incursão do diferente, a polissemia, possibilitando um novo processo de (res)significação e cristalização de sentidos.

Então, como compreender o discurso político senão como (re) produção de efeitos de sentido e de subjetividades entre interlocutores políticos em condições temporal e espacialmente políticas, enquanto prática histórica dos políticos profissionais na disputa pelo estabelecimento e legitimação do exercício do poder na sociedade?

Na obra, organizada por Sargentini (2017), *Mutações do discurso político no Brasil*, encontra-se um conjunto de trabalhos que pensam esse discurso com ênfase na sua relação com o discurso midiático, no que se chama de espetacularização da política e do discurso político; este integrando aquela, porém sem contê-la ou comprimi-la, conforme destaca Piovezani (2017). A noção de espetacularização advém do pensamento de Guy Debord, que concebe o espetáculo como a afirmação da aparência e de toda a vida social como mera aparência, sob o lema: "o que aparece é bom, o que é bom aparece"[3] (DEBORD, 1992, p 20). Legitimação da soberania da imagem, "o espetáculo é a principal produção da sociedade atual"[4] (DEBORD, 1992, p. 21-22), na qual a constante (re)produção e (re)distribuição de imagens que o espectador lê, vislumbra, contempla, leva-o a (sobre)viver em função do show de imagens, em um mundo de aparência, onde o que importa é o *(a)parecer*, em detrimento do *ser*. A espetacularização se dá, embora

3 Tradução nossa para "ce qui apparaît est bon, ce qui est bon apparaît".

4 Tradução nossa para "le spectacle est la principale production de la société actuelle".

não exclusivamente, nas condições de produção do Facebook, pelo compartilhamento público de fotos e de informações do âmbito privado na construção e manutenção de um perfil, também público; é dessa primazia da imagem que se alimenta a espetacularização da política e do discurso político.

Na coletânea previamente mencionada, que analisa as transformações do discurso político durante as últimas três décadas, e antes, da reabertura democrática no país após a Ditadura Militar (1964-1985), Israel de Sá (2017) atesta os primeiros indícios da espetacularização do discurso político no país, com Jânio Quadros, ainda na década de 60, o que se intensifica após o fim do período ditatorial, por uma ilusão de liberação dos dizeres amparada na popularização da televisão. Sargentini (2017) também enfatiza o modo como o uso das novas tecnologias midiáticas, com enfoque na *web*, acarreta mutações na produção de sentidos do discurso político. Esse percurso teórico proposto pelos autores justifica o olhar para o Facebook neste estudo, em busca de uma análise do discurso político em condições de produção contemporâneas.

No que concerne ao discurso político eleitoral televisivo contemporâneo, Piovezani (2017, p. 26) relaciona-o ao mito, "considerando que, na sua busca pela legitimidade, ele pressupõe um conjunto de crenças que lhe dá sustentação. No discurso político, a simulação de um saber e de um poder visa a um fazer-crer e a um fazer-fazer" ao tentar ultrapassar a convicção e chegar à ação. Ao supor a busca pela legitimidade, pelo poder legitimado, o pesquisador apresenta quatro ilusões necessárias a esse discurso, sintetizadas por Le Bart, que consistem no reconhecimento da (1) transparência da realidade social e da (2) legitimação da autoridade política, pois ela (3) controla os fenômenos sociais em determinado (4) agrupamento de cidadãos que formam uma comunidade (PIOVEZANI, 2017, p. 26). Desse modo, Piovezani (2017) aponta que a complexidade social, assim como a impotência política, é o avesso do discurso político: o enunciador político sempre vai supor conhecer a realidade do país/Estado e possuir a competência para reverter a situação, dando melhores condições de vida ao povo, enquanto coletivo heterogêneo.

Ainda, o enunciador político fala enquanto representante de um "nós", seja nós-partido, nós-candidatos, em pleito ou eleitos, ou nós-povo, nós-trabalhadoras, mesmo que enuncie na primeira pessoa do singular. Nesse processo, funcionam estratégias de segmentação,

docilização e estetização do discurso político, sobre as quais trataremos a seguir. Ao enunciar, enuncia-se sempre para um interlocutor plural, pois se dirige à população de maneira menos ou mais segmentada, pelo emprego de determinadas estratégias discursivas que se constata terem acompanhado o desenvolvimento dos meios de comunicação, da década de 70, com o advento da televisão, à segunda década do séc. XXI, com o avanço e ampliação do acesso às TICs[5].

Para Sargentini (2017), a segmentação, a docilização e a estetização do discurso político, incutidas pelo espetáculo das mídias na televisão, no bate-papo rápido em tom brando, substituem o discurso longo e carregado de retórica que o palanque exigia. Se, na TV, o candidato fala ao eleitor em sua sala no horário nobre, smartphones e tablets possibilitam que a interlocução aconteça em, praticamente, quaisquer espaço e tempo, garantida pelo armazenamento em nuvem. Para aparecer na sala de casa ou no celular do eleitor, além de todas as estratégias de produção audiovisual e de marketing político, o político profissional passa por processos de estetização e de docilização, de amenizar sua linguagem, polir sua aparência. Essa formulação da autora pode ser exemplificada pelo relato do ex-presidente Lula, durante a Caravana Lula no Sul, ao passar em Palmeiras das Missões, RS, no dia 22 de março de 2018. Lula narrou que, quando ia às fábricas, em suas primeiras campanhas à presidência, os demais trabalhadores não se sentiam inclinados a votar nele, pois o viam como um simples trabalhador, vestido igual a eles. Não o achavam capaz de governar, por não se parecer com aqueles que governam. Essa imagem se alterou na campanha de 2002, conforme a autora argumenta, em referência a essa "pedagogia do gesto" (HAROCHE, 1998, *apud* SARGENTINI, 2017, p. 99), que condiciona o corpo do homem político através dos tempos. Como se sabe, Lula venceu o pleito em 2002.

A segmentação é o modo pelo qual o político procura interpelar determinados grupos de eleitores específicos pelo ato da denominação e identificação. Por exemplo, a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), na campanha de 2010, ao falar às mulheres brasileiras instituiu a segmentação de gênero, na ocasião de ser a primeira mulher candidata à Presidência da República. O deputado Jean Willys (PSOL/RJ) costuma se identificar como representante dos direitos de pessoas LGBT na Câmara Federal, e seu discurso é marcado pela segmentação com base

5 Tecnologias de Informação e Comunicação.

na sexualidade. E o que se percebe disso? Tais processos pelos quais o discurso político eleitoral é afetado acabam por trabalhar um efeito de despolitização do político, de maneira que, quando se tenta apagar o confronto, o embate, a possibilidade de contraposições, o embate de ideias característico do discurso político cede lugar às ofensas pessoais, em um tensionamento entre o público/político e o privado/pessoal, no qual a posição-sujeito pública dilui-se no indivíduo privado.

Vale ressaltar que, embora público e privado não sejam domínios estanques e completamente separados, pois suas fronteiras são, por vezes, indistinguíveis, a redução do público ao privado, como concebe Sennett (2016), é frequente nos modos de discursivização contemporâneos, motivada, em grande medida, pelo desenvolvimento exponencial das TICs nas últimas décadas. Se, antes, público e privado já se confundiam, agora a difusão reforçada pelo poder da mídia como (re)produtora de modelos de subjetividade (GREGOLIN, 2007) se torna mais presente na vida do indivíduo, agenciada por smartphones e tablets equipados com pacotes de acesso à internet. Vislumbram-se, aí, traços da espetacularização do (discurso) político.

Não podemos ignorar que o discurso político acompanhou o desenvolvimento dos aparatos tecnológicos e seu próprio funcionamento mudou nesse processo. As redes digitais/virtuais de relacionamento que, na perspectiva da AD, supõem novas condições de materialidade, circulação e armazenamento dos enunciados, ao acarretar mutações no dizer/fazer político, são espaços privilegiados para a observação do discurso político.

No que concerne ao discurso do Movimento Estudantil (ME), este é considerado fonte para análises que visem ao discurso político, dadas as inúmeras incursões estudantis, bem como da juventude, em diferentes tempos e espaços, na luta social por direitos humanos e civis. No Brasil, não é diferente, como Sanfelice (2015) constata ao percorrer o histórico da União Nacional dos Estudantes (UNE) e relatar o enfrentamento ao governo militar, após o Golpe de 64, que a entidade nacional protagonizou, mesmo da clandestinidade; protagonismo reafirmado na reação direta do Estado contra a UNE nos anos de ditadura militar. Ainda, militantes universitários organizados e politizados tendem a relações político-partidárias, como forma de organização social e política na disputa das relações de poder na sociedade. Michel Pêcheux e Jacqueline Wesselius analisam, ainda em 1973, o discurso político dos

movimentos estudantis, na França, na sua relação com a classe operária e partidos políticos. Desse modo, justifica-se o discurso do ME como material fonte para o registro de *corpus*, a respeito do qual versa a seção a seguir, destinada à descrição da conjuntura social e política do momento histórico em análise.

3. Análise conjuntural e registro do *corpus*

Para compreendermos as condições de produção do *corpus* analisado, partimos de um processo de interpretação, o qual se faz de um lugar socialmente localizado, que também é ideológico. Tendo ciência desse funcionamento, não procuramos, aqui, uma neutralidade ou uma verdade absoluta, uma vez que toda verdade é construída sócio-historicamente e é, portanto, ideológica, não neutra, contada de *algum lugar*, *por alguém* e em *algum tempo*. O que propomos é uma perspectiva da qual podem ser observados os acontecimentos.

Em um contexto imediato, tínhamos o período de campanha para as eleições da direção do Diretório Central de Estudantes (DCE) de uma universidade pública, no interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Durante maio e junho de 2016, aconteceram as Eleições 2016 para o DCE, entidade de representação estudantil que, durante as seis gestões anteriores, esteve sob a coordenação das outras composições da Gestão 2015-2016, "Pelas Nossas Mãos". Depois de cinco anos, novamente três chapas disputavam a direção da entidade em 2016: Chapa 1, "É preciso ter Coragem", com a cor laranja; Chapa 2, "Nós por Nós", com a cor rosa; Chapa 3, "Libertas", com a cor azul. Por maioria nas urnas, no dia sete de junho de 2016, a Gestão 2016-2017, "Libertas", havia vencido as eleições para a coordenação do DCE. Durante aquela campanha, a chapa defendeu três pilares fundamentais: a eficiência, a transparência e o apartidarismo, este elencado como característica antagonista às demais chapas, ditas partidárias.

Em 2017, ocorreram novamente as eleições para o diretório e, novamente, três chapas se colocaram na disputa: Chapa 1, "Representa, por todos os cantos!"; Chapa 2, "Lado a Lado"; Chapa 3, "Libertas", respectivamente compostas pelas novas formações das chapas 1, 2 e 3 do ano anterior. Nesse momento, com o *impeachment* da presidenta Dilma já aprovado e com Michel Temer na presidência, cabe ressaltar que as chapas sustentavam posições não somente político-ideológicas, mas partidárias, divergentes ou antagônicas. Essa identificação se faz

necessária, pois consideramos o ambiente eleitoral local um escopo da política partidária nacional: a composição parcial da chapa 1, antes situação, por estudantes que possuíam ligação ao PT; a composição parcial da chapa 2, de oposição de esquerda, por estudantes ligados a partidos como o PSOL, o PSTU, o PCdoB; a composição da chapa 3, oposição de centro e/ou direita, autodeclarada apartidária, por estudantes ligados a partidos como o Partido Novo, o PSL, e a movimentos como o "Livres" e o "Estudantes pela Liberdade".

Outra questão conjuntural crucial foi a da política internacional, quando ocorreu a ascensão de Donald Trump, em 2016, ao cargo máximo da maior potência econômica mundial (EUA), com um discurso nacionalista, protecionista e conservador, como um discurso normatizador, em detrimento do diferente, do estranho, do diverso; na França, a candidata da extrema direita, Marine Le Pen, foi derrotada pelo candidato centrista, Emmanuel Macron; na Alemanha, em 2017, Angela Merkel iniciou o quarto mandato como chanceler, com a entrada da extrema direita no parlamento alemão pela primeira vez após o fim da 2ª Grande Guerra.

Na América Latina, setores liberais e conservadores vêm avançando contra governos considerados progressistas, por exemplo, na Argentina, em 2015, e no Brasil, quando a então presidenta da República, Dilma Rousseff, passava por um processo de *impeachment*, iniciado em 02 de dezembro de 2015 e efetivado em 31 de agosto de 2016, com 61 votos favoráveis ao *impeachment* e 20 contrários, em sessão do Senado Federal. Tal cenário de crise política e econômica suscitou uma polarização política nacional: de um lado, a esquerda, caracterizada no PT, Dilma, Lula; do outro lado: a direita, representada por Michel Temer (Presidente da República após saída de Dilma), PSDB, PMDB, base aliada a favor do *impeachment.* Em tempo, os números da corrupção na política nacional, adicionados à performance televisionada da classe política na votação do *impeachment* de Dilma, na Câmara de Deputados, foram fatores que acentuaram a aversão que grande parte da população desenvolveu à política, vista, no senso comum, como sinônimo de política partidária.

Observar as conjunturas políticas esboçadas, em nível nacional e estudantil, permite-nos cotejar alguns acontecimentos: em ambas as conjunturas, chapas com posicionamento político à esquerda eram situação no governo/diretório; respectivamente, as forças políticas/chapas de oposição eram de esquerda e direita e a oposição de direita conservadora/liberal ascendeu ao poder pelo golpe parlamentar por vencer

as eleições.

Para compor o material de registro de *corpus*, observamos a página do Facebook *Libertas - Chapa 3*. *A priori*, identificamos um total de 22 postagens, sendo 20 originais (ou autorais) e 2 compartilhamentos; 21 em período de campanha e 1 após a divulgação do resultado. Como material de registro do *corpus* deste trabalho, consideramos as postagens originais que ocorreram em período de campanha eleitoral (20), todas com legenda. 14 aconteceram em maio e as outras 6, em junho de 2017; 2 são links (Twibbon e vaquinha)[6], 4 são produtos audiovisuais, 14 são imagens estáticas com textos verbais. Há predominância da cor azul em todas as imagens. Os assuntos abordados variam entre propostas da chapa, reclamações sobre a conduta das demais concorrentes durante a campanha e esclarecimentos sobre a gestão que se encerrava. Dentre as postagens, 4 se destacam como um conjunto, por serem imagens estáticas e manterem certa constante: a frase "A verdade LIBERTA". Portanto, este trabalho toma por objeto de análise essas postagens.

Figura 1: Materialidades de "A verdade LIBERTA"

6 Filtro para Facebook com a identificação da chapa e a política de financiamento da campanha.

Fonte: facebook.com/ChapaLibertas.

Cabe justificar o processo de recorte desse objeto, com a preferência por analisar apenas uma das três chapas que concorriam na ocasião. Dentre as chapas que disputaram o DCE, jamais houve alguma que concorreu duas vezes com o mesmo nome, conforme consta na legenda da primeira postagem componente do *corpus*, sendo a chapa "Libertas" a primeira. Lembrando, a chapa tentou reeleição em 2017 com o mesmo nome sob o qual venceu as Eleições de 2016 para assumir a entidade. Desse modo, podemos considerar uma maior historicidade da chapa escolhida, pelo nome já estar inscrito na memória discursiva, inclusive como gestão do DCE. Ademais, a chapa em questão era a atual gestão, que comandou o diretório em um ano no qual as ocupações das universidades causaram tensão entre a gestão e quem estava ocupando os prédios da instituição pública. Em maior escala, havia crise político-econômica nacional ascendente. Somada às conjunturas, a permanência do nome para a reeleição constituiu solo fértil para uma análise de discurso político.

Uma vez que o processo de delimitação do *corpus* já constitui um primeiro movimento de interpretação, chama a atenção, nesse processo, as cores predominantes nas imagens: azul e branco. Nesse caso, a significação das cores se atrela a seus usos na relação com a história, da mesma forma que a língua, produzindo efeitos de sentido específicos. Em outros termos, a cor, como a palavra, significa no seu contato com o histórico, no simbólico. No interdiscurso, principalmente, podem ser salientados dois acontecimentos históricos: a Revolução Francesa e a política nacional.

Enquanto acontecimento histórico, a Revolução Francesa, iniciada em 1789, é um dos marcos mais estudados na história da sociedade. De todas as discursividades em jogo no contexto da revolução, interessam-nos duas. Primeiro, as cores da bandeira da França: azul, branco e vermelho, ou *bleu, blanc* e *rouge*, respectivamente, partindo do mastro. Existem várias interpretações para as cores da bandeira francesa, uma delas é que o branco era a cor do Rei, enquanto o azul e o vermelho eram as cores de Paris, daí a fusão. Ainda há a ligação das três cores ao lema, *Liberté, Égalité, Fraternité*, ou, mesmo, ao legislativo (azul), ao executivo (branco) e ao povo (vermelho).

Na Revolução Francesa, ainda, iniciou-se a distinção entre esquerda e direita, não em campos ou ideologias opostas, mas sim por estarem fisicamente situadas à direita ou à esquerda. Na Assembleia

Nacional Constituinte, os parlamentares dividiam-se entre quem sentava à direita e quem sentava à esquerda. À direita, colocavam-se os partidários do rei e contrários à revolução, com opiniões conservadoras provenientes de camadas sociais ricas que visavam às liberdades individuais. À esquerda sentavam aqueles que sinalizavam apoio à revolução e aos trabalhadores em sua luta por direitos, com ideais de justiça social para todas as pessoas. Aponta-se que as cores passaram a ser utilizadas para identificar a filiação político-partidária, quando vermelho e branco serviam para distinguir, respectivamente, socialistas e reacionários.

Nacionalmente, podemos perceber que vermelho é atribuído à esquerda e, mais especificamente, ao PT: as derivações do vermelho (amarelo, laranja, rosa) se estabelecem, na esquerda brasileira, de forma análoga a uma aquarela política, cujas distinções marcam distanciamentos entre cada pigmento ou programa político partidário; já o azul figura no adversário expoente, PSDB, durante as últimas eleições. Os efeitos de sentido de um dito outrora retornam, noutro dizer, reatualizando-se conforme as novas condições de produção.

O contexto das Eleições presidenciais de 2014, para os poderes legislativos e executivos, estaduais e nacionais, aponta para uma polarização política que acabou por traduzir uma polarização social, econômica e, também, geográfica. Na ocasião, quando Dilma Rousseff (PT) disputava o segundo turno contra Aécio Neves (PSDB), notamos que, a exemplo do Nordeste, as regiões mais pobres do país apoiaram a candidatura da petista, enquanto o mineiro obteve o apoio das regiões "ricas", ou seja, Sul e Sudeste. Como sabemos, Dilma Rousseff foi reeleita. O resultado nas urnas se refletiu nas redes sociais digitais: mensagens xenófobas referentes à população nordestina (vermelha) proferidas, com indignação ou até mesmo raiva, por pessoas das regiões sul e sudeste (azuladas[7]). Nesta conjuntura, ganha destaque o movimento "O Sul é o Meu País", de cor azul e caráter nacionalista, que propôs o Plebisul, um plebiscito que votou a separação da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) do restante do Brasil, algo como uma emancipação. Nessa perspectiva, o emprego da cor azul no âmbito político faz emergir efeitos de sentido de desigualdade, materializados na intolerância ao diverso (geográfico, social, ideológico).

Para delimitação do recorte do *corpus*, principalmente no que diz respeito à materialidade linguística, as sequências discursivas (sd) es-

7 Ou verde-amareladas, ou amarelo-esverdeadas, pelo sentimento de nacionalismo.

colhidas contemplam a estrutura frásica "É X QUE P" e suas possíveis derivações (COURTINE, 2009). Segundo Courtine, opta-se pela noção de sequência discursiva de referência (SDr) como procedimento para nortear a análise. Embora, conforme as reformulações teóricas pelas quais passou a AD, a noção de SDr tenha sido pouco mobilizada, tal noção, neste trabalho, apresenta potencial teórico-metodológico.

Observando a linguagem verbal presente no material analisado, podemos perceber, no enunciado "A verdade LIBERTA", dois lexemas principais: i) verdade e ii) liberta. A respeito do conceito de verdade, sabe-se que se relaciona com o discurso filosófico ocidental, onde é constantemente (re)pensada e buscada. A verdade, nesse discurso, está ligada à liberdade e ao esclarecimento. Em "A Alegoria da Caverna", de Platão, quando o homem sai da caverna e conhece o mundo lá fora, o mundo de/da verdade e não mais de sombras, liberta-se, elucida-se. Mas essa libertação, esse processo de sair das sombras e ir à luz fere os olhos, torna-se árduo e penoso. N'"A apologia de Sócrates", Platão ainda traz a verdade caracterizada na defesa de Sócrates que, mesmo constituindo a "verdade dos fatos", segundo o testemunho da personagem do filósofo, sofre com uma "injustiça". No Cristianismo, o discurso visto como influenciado, em grande medida, pelo platonismo, a verdade se atrela à fé, por meio da qual o cristão pode se libertar de suas amarras terrenas e ascender à luz divina. Em João, 8:31-32, "Jesus dizia pois aos judeus que criam nele: Se vós permanecerdes na Minha palavra, verdadeiramente sereis Meus discípulos. E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Efeitos de sentido atrelados à memória desses dizeres, mais precisamente, do discurso religioso (DR), ressoam no enunciado "A verdade LIBERTA". É sobre esse aspecto que versa a análise dessa materialidade linguística, apresentada a seguir.

4. Sobre o discurso religioso no político

Ao refletir sobre os estudos de Althusser acerca da ideologia religiosa cristã, Orlandi (1987) constata que o Discurso Religioso é um discurso autoritário. Na ideologia religiosa cristã, Deus é o Sujeito, o sujeito completo, e é a partir Dele que outros sujeitos se reconhecem enquanto sujeitos (religiosos cristãos) entre si e assujeitados pelo Sujeito. A assimetria é descendente quando há o Sujeito e os seus sujeitos, e estes não podem ocupar o lugar daquele. Mesmo no modo de representação, não há autonomia, pois, ao dizer que "a voz de Deus se fala no

padre" (ORLANDI, 1987, p. 244), é como se Deus falasse que o padre fala *por* ele. A isso, Orlandi chama de *mistificação*: uma voz que ocupa o lugar de outra de modo que apaga o processo de apropriação pelo representante. Assim, a condição de não reversibilidade do discurso autoritário se faz presente no DR, constituída pela instituição e fixação do lugar de quem fala (a voz de Deus) e de quem escuta (fiéis, religiosos, cristãos).

Ainda, o representante da voz de Deus não pode alterá-la, pois existem regras instituídas de como a apropriação dessa voz se dá; a Igreja, o texto sagrado, as cerimônias estabelecem *como* falar *por* Deus (ORLANDI, 1987, p. 245). Inclusive, os sentidos da palavra de Deus não podem ser quaisquer sentidos, conforme a vontade dos interlocutores, pois a Igreja, enquanto estruturante do DR, regula a interpretação verdadeira da Palavra ao delimitar que ela está no texto único da Bíblia Sagrada. Desse modo, a polissemia é contida, não se fala nem significa *como se quer*, mas *como se deve*, uma vez que, na ideologia religiosa cristã, os sujeitos se submetem à vontade do Sujeito.

Essa submissão, ou assujeitamento, a Deus, ou ao Sujeito, pode ser entendida pelo conceito de fé, também abordado pela autora. A fé, compreendida como uma qualidade do espírito, de uma alma religiosa, pode ser observada sob três aspectos: a) é a possibilidade de mudança, de salvação; b) é um dom divino, por isso, emana de Deus e não do homem; c) distingue os crentes dos não crentes: àqueles promete salvação pela crença, a estes ameaça com a danação por heresia. Nesse escopo, a fé é um presente de Deus ao homem, que este *deve* ter para conseguir a salvação, *para* não ser castigado. Nota-se, assim, que a fé não apenas estabiliza a assimetria e a não reversibilidade, como também cria a distinção entre o homem *com* fé que *se salva* e homem *sem* fé que *não se salva*. Esse funcionamento religioso, em princípio, distingue-se do político, como apontado anteriormente. Porém, no *corpus* analisado, tais funcionamentos se mesclam.

Alinhados aos estudos de Pêcheux (1990) e Sargentini (2017), sob a forma da "língua de vento" da mídia, da *web*, a espetacularização do discurso político propicia a sua despolitização e favorece as formulações curtas a serem reproduzidas em exaustão, ora "on a gagné", ora "somos todos Y", ora "X não me representa", ora "A verdade LIBERTA". Daí, sugerimos pensar a noção de SDr para se empreender uma análise do discurso político no Facebook: a efemeridade que caracteriza o dis-

curso político, na sociedade do espetáculo (DEBORD, 1992), "cabe" em uma SDr.

Na SDr escolhida para nortear a presente análise, retirada das imagens que integram o material de registro de *corpus*, temos: "A verdade LIBERTA", que funciona conforme a estrutura "É X QUE P", na medida em que a SDr, "A verdade LIBERTA", pode ser reformulada por SDr': É *a verdade* QUE *liberta.*

Na análise da SDr, notamos, *a priori*, o emprego do substantivo verdade, no singular, possibilitando a concepção de que existe apenas uma verdade, legitimada, do mesmo modo que quando o personagem, Jesus, coloca *Sua palavra* como condição para ser *Seu discípulo* e encontrar *a verdade* (João, 8:31-32). Na lógica do discurso cristão, Cristo figura como o filho de Deus, que Este enviou para trazer salvação aos homens, morrendo por seus pecados (João, 3:16), fazendo despertar sentidos relacionados à messianidade e ao sacrifício.

Em João, 3:21, lê-se que "quem *pratica* a verdade vem para a luz, a fim de que as suas obras sejam *manifestas*, porque são feitas em Deus" (grifos nossos). Em relação à SDr em análise, esse dizer produz efeitos de sentido ligados à prática do eleitor sobre como votar, pois, afinal, o melhor seria votar n'*a verdade* salvadora, aquela que se pratica pela liberdade. Assim, no político, uma verdade predomina em detrimento de outras, estabelecendo, portanto, um *correto* em detrimento das demais posições sustentadas. Pela lógica do discurso político, que busca legitimar o seu exercício de poder, esse sentido se produz na assimetria do discurso religioso, enfraquecendo o debate e a disputa ideológicos.

Na SDr, o enunciado produz esse efeito de uma-verdade, à qual se atrelam a liberdade e a salvação. Desse modo, na situação de campanha eleitoral, ambiente de confronto ideológico e disputa sobre o estabelecimento das verdades e dos sentidos, o discurso político perde seu caráter retórico, dialógico e busca se instaurar como verdade, na tentativa de silenciar as demais vozes. Os discursos/sentidos outros, em disputa no campo político e ideológico, supõem-se invisibilizados, ofuscados na evocação da verdade. Até aqui, observamos como o emprego de "verdade", na formulação da SDr, faz trabalhar os efeitos de sentido que apontam para um atravessamento pelo DR.

Com base no discurso filosófico, a verdade é igualmente associada a sentidos de salvação, libertação, mas também suscita sentidos sobre um preço a ser pago, um custo da verdade, por se libertar, por exemplo,

de uma caverna. Ainda, há a possibilidade de a verdade ser silenciada, por injustiças, por exemplo. Constituído como o discurso de uma área de conhecimento, campo do saber com base científica, o discurso filosófico pode adquirir características do discurso pedagógico, como estudado por Orlandi (1987), assumindo um caráter autoritário. A filosofia, como a religião, instaura posições determinadas a partir das quais se observa o mundo, a sociedade; ambas se autoclamam salvadoras, pois promovem a libertação do indivíduo e, consequentemente, a transformação da sociedade. Assim, podemos supor a ação do indivíduo, sua interação social na história, mediada pela linguagem, constituindo-se sujeito pela ação da ideologia. Em ambos os casos, a posição ocupada por esse sujeito na enunciação vai compreender determinada posição-sujeito (GRIGOLETTO, 2005). Do recorte da SDr, emergem sentidos de verdade, e essas posições serão determinadas conforme um modelo mais ou menos estruturado de prática psicossocial, sócio-historicamente posicionada, daqueles que legitimam, cada um, a sua verdade e buscam a salvação por meio de sua palavra.

Na perspectiva do discurso, no funcionamento do DR, podemos notar que determinados termos como "fé" e "crença", que produzem sentidos como o de acreditar sem questionar, acreditar sem se importar com quaisquer consequências, acreditar completamente em Deus e nas (supostas) suas palavras, na sua verdade, estabelecem novamente o *direito de falar* e *o que é correto falar*. Por verdade, o DR compreende os ensinamentos e ordens de Deus, como a Bíblia Sagrada e os Dez Mandamentos, que são usados para disciplinar e regular a vida das pessoas. Como observamos no trecho acima, o DR tem um direcionamento que visa a conseguir "discípulos" (por exemplo, os 12 discípulos que Jesus teria recrutado). É aí que podemos, então, supor como o DR se manifesta no DP: em seu funcionamento, este disputa a reversibilidade e a polissemia, enquanto aquele tende a fixar, estabilizar, dar a um sentido o status de verdade una e inquestionável. O DP busca, assim, legitimar-se e cativar seus eleitores com base no funcionamento da fé: *é preciso* crer na política e nos políticos *para* melhorias na vida social e cotidiana.

No DP, tais efeitos de sentido constituem outros, como de autoritarismo, intolerância, higienização, que se constituem como ponto de ambiguidade, em relação ao objetivo do DP: ao mesmo tempo em que o enunciador busca legitimar seu exercício do poder pelo poder da sua palavra, também silencia as demais vozes de uma sociedade democrática. O constante conflito ideológico tende a se arrefecer e produz uma,

suposta, conformidade passiva que assegura o poder da sociedade na mão de quem "sabe *a* verdade".

Relacionadas diretamente ao enunciado da SDr estão as outras quatro sequências discursivas que compõem as imagens do recorte (sdr). Assim, temos:

sdr1: *Por que continuar Libertas?*
sdr2: *Por que a emissão de carteirinhas foi suspensa?*
sdr3: *O que torna a Libertas apartidária?*
sdr4: *A Libertas impediu o aumento do preço do RU*

Observando as sdr, podemos estabelecer uma dicotomia par/ímpar ao agrupar, respectivamente, as sdr2 e sdr4, de um lado, e as sdr1 e sdr3, de outro. Tal procedimento se dá, não apenas pelo número, certamente, mas porque se apreendem diferentes funcionamentos discursivos dos enunciados. No grupo par, percebemos uma primeira distinção, que liga os sentidos diretamente à materialidade estruturante, às condições de produção que regem sua emergência. O documento estudantil e o Restaurante Universitário (RU) estão presentes no cotidiano das universidades, e é tarefa dos DCEs garantir o acesso a ambos, seja com a emissão do documento estudantil, seja com a resistência ao encarecimento da taxa do RU, que, por ocasião, ressignificam-se em propostas eleitorais nos períodos de campanha, pois impactam a vida cotidiana de todas as pessoas consideradas no contexto.

Nesse ponto, cabe atentarmos ao fato de que o documento estudantil e o RU são de interesse coletivo e comum, de forma que o sujeito, em cada materialidade discursiva, relaciona-se com o objeto de seu discurso de maneira distinta. O documento, enquanto direito estudantil, deve ser resguardado e garantido a qualquer estudante que queira obtê-lo. Cabe ao DCE divulgar e produzir, ou viabilizar de outra forma, o documento estudantil ao corpo discente. Caso a entidade não cumpra essa responsabilidade, por quaisquer razões, limitará o acesso a um direito estudantil, bem como a seus benefícios. O restaurante universitário também se constitui direito essencial, enquanto alimentação. Porém, nessas condições de produção, o enunciador fala sobre um de seus feitos políticos, quando impediu o aumento da tarifa do restaurante universitário, o que viria a limitar o acesso de estudantes à alimentação. Percebemos, nas duas materialidades analisadas, o uso da acusação

como instrumento defensivo: o dizer/fazer político se constitui na inferiorização do outro e não mais na retórica e no confronto ideológico. Isso se dá pela formulação dos enunciados: uma pergunta, no primeiro caso, cuja resposta sugere a má administração da gestão anterior; e uma afirmação, no segundo, salientando o feito da gestão atual, marcado no verbo de ação "*impediu* o aumento do preço do RU".

No grupo ímpar, os enunciados tratam da construção de si, de representações com as quais o sujeito se identifica ao dizer. Essas identidades, (re)produzidas (pelos sujeitos) na mídia, intensificam o fluxo de representações identitárias ao qual são submetidos os sujeitos, em uma sociedade do espetáculo (DEBORD, 1992). Os sentidos produzidos procuram reafirmar a identidade do enunciador, seja pela repetição/permanência ("...continuar Libertas"), seja pela legitimidade conquistada pelo atravessamento do Discurso Religioso. Assim, "'continuar' Libertas" pode significar a permanência do nome, a permanência da chapa na gestão e a garantia de continuar em liberdade.

Na sdr3, o emprego do adjetivo "apartidária", em "O que torna a Libertas apartidária?", produz efeitos de sentido de aversão à política partidária. Essa apatia política, característica da decadência do político-ideológico produzida pela sociedade espetacular, permite inferir que continuar "Libertas" (livre, liberto) refere-se também à liberdade em relação a partidos políticos em meio a uma crise de credibilidade destes. Desse modo, podemos depreender que esses enunciados funcionam de maneira a convencer o eleitor a continuar (com a) "Libertas" (no nome, na gestão do DCE), mesmo sabendo que "O nome Libertas carrega, inevitavelmente, um peso. Peso positivo de todos os nossos acertos e também negativo de todos os nossos erros, dos quais não estamos imunes", conforme a legenda da postagem de onde a sdr1 foi recortada. Afirmamos que o peso carregado pelo nome "Libertas" é positivo e negativo, cujos sentidos produzidos são os de orgulho e de humildade: orgulho de ser apartidário, de manter o nome, e humildade para reconhecer os erros, arrependimento. E, no caso dos erros, pelo atravessamento do DR, emergem os sentidos de confissão e penitência. Podemos pensar os efeitos de sentido de humildade, arrependimento, confissão e penitência na formação de uma espécie de narrativa: errei e sou humilde para reconhecer, arrependi-me do erro, confesso que errei e preciso pagar por meus pecados para ser perdoado. É fazendo emergir tais sentidos que o su-

jeito (res)significa-se nas novas condições de produção, como quem, embora tenha errado, é capaz de reconhecer o erro e redimir-se. No DP, atravessado pelo DR, então, é possível conceber que determinado candidato, mesmo tendo errado/pecado, ainda é considerável para o cargo que disputa, visto que, ao se arrepender e se redimir, o penitente salva-se na/pela *verdade*.

É possível apreender a sequência do conjunto das sdr 1 a 4 como uma espécie de roteiro: a sdr1 constitui a apresentação de abertura da série de postagens; a sdr2 é uma explicação, justificativa, houve uma falha, resolve-se logo; a sdr3 funciona na reafirmação da identidade da chapa e, mais ainda, do distanciamento da chapa/gestão em relação a partidos políticos e à política partidária; a sdr4 encerra a série com o triunfo, a vitória. Nessa estrutura narrativa, parte-se da apresentação à complicação/crise, que desencadeia o clímax e o desfecho/triunfo.

Assim, na sdr4, único enunciado afirmativo desse conjunto, notamos o mesmo processo de estabelecer como verdade o que se diz, nesse caso específico, pela evocação de uma posição heroica, ou seja, uma posição que, pelo enfrentamento e impedimento de uma ação que prejudicaria os estudantes, qual seja, o aumento da tarifa do RU, *libertou-os* de pagarem mais pelas refeições, *salvou-os* da medida. Novamente, estabelece-se o lugar de quem tem poder para *salvar ou não* e de quem, para ser salvo ou liberto, precisa praticar certa verdade, dualismo característico do DR e de seu funcionamento como discurso autoritário, não reversível.

5. Considerações Finais

Podemos compreender, em vista da análise, que o atravessamento do DR no DP se deu com base na não reversibilidade das posições de enunciador e ouvintes, uma vez que aquele reafirma sua posição de Sujeito pela reiterada reafirmação de suas qualidades positivas inexoráveis. Ao se colocar como portador da verdade salvadora, na SDr, o locutor se impõe como guia à libertação, à luz, ao esclarecimento, o que, novamente, aponta para o modo como o DR se materializa nos recortes analisados.

Percebemos, pela análise do recorte, que o discurso político, ao ser atravessado pelo discurso religioso, incorpora traços do funcionamento deste que visam à legitimação do seu exercício de poder. Ainda na análise, os enunciados das quatro sdr se fixam em torno da identi-

dade e das ações do enunciador que, pelo atravessamento do discurso religioso na SDr, funcionam de modo a estabilizar sentidos.

Além disso, a espetacularização da política e, consequentemente, do discurso político, faz valer a "língua de vento" da *web* como a instância da despolitização do político. Se, ao enunciar, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e, só assim, pode significar-se pela língua na história, a língua de vento atua no efeito de apagamento do ideológico no dizer político. O discurso, então, funciona de modo a anular a disputa ideológica, requerida pelo discurso político, ao buscar legitimar-se sob a "verdade" que "liberta", trazendo, do discurso religioso, efeitos de sentido que remetem a questões como fé e penitência, ou seja, pressupondo a fé para a legitimidade política. Enfim, o atravessamento do discurso religioso pode atuar de modo a produzir um efeito de silenciamento do ideológico no discurso político, fazendo-o emergir na posição de enunciação.

Referências

BÍBLIA SAGRADA ONLINE. Disponível em: <*https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/8/31,32*>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRIGNOL, L. D. #Vem pra rua_Santa Maria: movimentos sociais em rede, mobilização social e usos do Facebook em ações de protesto**. Liinc em Revista**, v. 10, n. 1, 2014, p. 258-272. Disponível em: <*http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3521/0*>. Acesso em: 14 abr. 2018.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Traduzido por Campos, C. et. al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DEBORD, G. **La Société du Spectacle**. 3. ed. Paris: Éditions Gallimard, 1992.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo/SP, v. 4, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em: <*http://revistacmc.espm.br/index.*

php/revistacmc/article/view/105/106>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. In: Seminário de Estudos do Discurso, 2, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 1-11. Disponível em: <*http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf*>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MACHADO, A. L.; PÉRSIGO, P. M. As novas mídias: a internet e o Facebook como plataforma de divulgação de mobilizações sociais. **Temática**, João Pessoa/PB, v. 11, n. 8, ago. 2015, p. 176-191. Disponível em: <*http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/25248/13736*>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Traduzido por J. H. Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015, p. 53-63.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Análise do Discurso***:* princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Traduzido por J. H. Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015, p. 43-51.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por E. P. Orlandi [et. al.]. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Traduzido por E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____.; WESSELIUS, J. A respeito do Movimento Estudantil e das lutas da Classe Operária: três organizações estudantis em 1968 (Federação dos Estudantes Revolucionários) (Movimento de 22 de Março) (União dos Estudantes Comunistas). In: ROBIN, R. **História e linguística.** São Paulo/SP: Cultrix, 1973, p. 265-282.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Pará de Minas: Virtual Books, 2003. Disponível em: <http://www.revistaliteraria.com.br/plataoapologia.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. A alegoria da caverna: A República. Traduzido por L. Magalhães. In: MARCONDES, D. **Textos Básicos de Filosofia**: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, n.p. Disponível em: <*http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/203.pdf*>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PIOVEZANI, C. O discurso político eleitoral: o que é e como funciona. In: SARGENTINI, V. **Mutações do discurso político no Brasil**: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 23-57.

SÁ, I. A arte de dizer a política: processos de espetacularização do discurso político no Brasil. In: SARGENTINI, V. **Mutações do discurso político no Brasil**: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 59-83.

SANFELICE, J. L. A une na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Simbio-Logias**, Botucatu/SP, v. 8, n. 11, 2015, p. 127-143. Disponível em: <*http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/a-une-na-resistencia-ao-golpe-de-1964-e-a-ditadura-civil.pdf*>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SARGENTINI, V. Mutações do discurso político: segmentação, docilização e estetização. Campinas: Mercado de Letras, 2017. In: SARGENTINI, V. **Mutações do discurso político no Brasil***:* espetáculo, poder e tecnologias de comunicação. Campinas: Mercado de Letras,

2017, p. 85-106.

SENADO FEDERAL. *Impeachment* **de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Disponível em: <*http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff--marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil*>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Traduzido por L. A. Watanabe. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

Recebido em março de 2018
Aceito em maio de 2018